



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/S.2



Processo nº: 22.420/06 - 4 volumes

Jurisdicionada: Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC-DF

Assunto: Prestação de Contas Anual

Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT

MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Sessão: Pauta nº 41, S.O. nº 4784, de 18.6.2015

Publicação: DODF nº 113, de 15.6.2015, pág. 11

Ementa: Prestação de Contas Anual do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF, referente ao exercício de 2005. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada audiência dos responsáveis (Decisão nº 3.835/09-CSPM). Apresentação de justificativas. Procedência de algumas respostas, regularidade das contas do Sr. Januário Élcio Lourenço, regularidade, com ressalvas, das contas de outros e irregularidade das contas do Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, com aplicação de multa (Decisão nº 6.326/10-CSPM). Interposição de Recurso de Reconsideração. Improvimento (Decisão nº 5.481/11-CRCC). Recolhimento integral do valor da multa aplicada ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb. PARECERES CONVERGENTES: quitação ao responsável. VOTO de acordo com os Pareceres. Lavratura de acórdão.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF, referente ao exercício de 2005.

2. Na Sessão de 25.11.2010, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 6.326/10 (fl. 612), **in verbis**:

DECISÃO Nº 6.326/10 (CSPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das razões de justificativa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/S.2



*apresentadas pelos Srs. Januário Élcio Lourenço (fls. 275/285), Raimundo Leite da Silva (fls. 288/295), José Antonio Veloso de Melo (fls. 299/313), Mauro Costa Mendes Cateb (fls. 314/324) e Valdemir Evangelista de Oliveira (fls. 325/578); II. considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Januário Élcio Lourenço e improcedentes as demais; III. julgar: a) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, regulares as contas do Sr. Januário Élcio Lourenço (Secretário de Estado – Adjunto de 1.1 a 31.12.2005); b) com fundamento no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, regulares, com ressalvas, as contas dos Srs. José Antonio Veloso de Melo (Coordenador Administrativo-Financeiro da Secretaria de Transportes de 28.1 a 22.5.2005), Raimundo Leite da Silva (Coordenador Administrativo-Financeiro da Secretaria de Transportes de 22.5 a 31.12.2005) e Valdemir Evangelista de Oliveira (Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Transportes de 28.1 a 31.12.2005); c) **com fundamento no art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, irregulares as contas do Sr. Mauro Costa Mendes Cateb (Secretário de Estado de 1.1 a 31.12.2005)**, IV. aplicar ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, com esteio no art. 57, inciso I, e parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 182, § 1º, do Regimento Interno, a multa de R\$ 6.268,00 (seis mil, duzentos e sessenta e oito reais), em face das irregularidades apontadas nos autos; V. notificar o responsável mencionado no inciso precedente para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha a multa que lhe foi imposta, remetendo à Corte o comprovante respectivo; VI. aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VII. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins devidos. **Contra a mencionada Decisão foi interposto o Recurso de Reconsideração subscrito pelo Sr MAURO COSTA MENDES CATEB (fls. 626/639).**”*

3. Em decorrência do decidido, foram expedidos os Acórdãos nºs 238, 239 e 240/10 (fls. 614/616).
4. Irresignado, o Sr. Mauro Costa Mendes Cateb interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 626/639, que teve seu provimento negado na Sessão de 27.10.2011 (Decisão nº 5.481/11-CRCC, fl. 706).
5. A Procuradoria-Geral do DF, por meio do Ofício nº 1.779/12 – GECOB/PROCAD (fls. 712/713), comunicou, em 13.4.2012, o recolhimento da multa imputada ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, por meio da Decisão nº 6.326/10 e Acórdão nº 240/10.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/S.2



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 15/14 (fls. 714/716), tece os seguintes comentários:

*“5. **Examina-se nesta fase processual o Ofício nº 101/2012-MPC/PG, encaminhando o Ofício nº 1.779/2012 – GECOB/PROCAD (fls. 711/713), pelo qual a Procuradoria-Geral do Distrito Federal notifica que o débito imputado ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, objeto da Decisão nº 6.326/2010 e do Acórdão nº 240/2010, foi pago conforme comprovante de folhas 713.***

*6. **Tendo em conta o expediente oriundo da PGDF noticiando o pagamento do débito mediante cobrança judicial, poderá o Tribunal expedir acórdão de quitação ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb em relação à multa imputada por meio da Decisão nº 6.326/2010 e do Acórdão nº 240/2010.***

*7. Ainda, não havendo outras medidas a serem adotadas, caberá ao Tribunal autorizar o **arquivamento dos autos.**”*

7. Concluindo, a Instrução sugere que se dê quitação ao responsável quanto à multa que lhe foi imposta, em virtude do recolhimento integral do valor.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 374/14 (fl. 719), da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, endossa as proposições da Unidade Técnica.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/S.2



VOTO

9. Nesta fase analisa-se o expediente encaminhado pela Procuradoria-Geral do DF que comunica o recolhimento da multa aplicada ao Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, por meio da Decisão nº 6.326/10 e Acórdão nº 240/10.

10. De fato o responsável efetuou o pagamento da multa, conforme consta do documento de fl. 713. Assim sendo, assiste razão aos Pareceres ao sugerir que lhe seja dada quitação.

Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Ofício nº 101/12-MPC/PG (fl. 711) e do Ofício nº 1.779/12 – GECOB/PROCAD (fls. 712/713);

II. considere, nos termos do art. 28 da Lei Complementar nº 1/94, quite com o erário o Sr. Mauro Costa Mendes Cateb no tocante à multa que lhe foi imposta pela Decisão nº 6.326/10 e Acórdão nº 240/10 (R\$ 6.268,00);

III. aprove, expeça e mande publicar o acórdão que submeto à apreciação do colendo Plenário;

IV. autorize o arquivamento dos autos.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/S.2



ACÓRDÃO Nº _____/2015

Ementa: Prestação de Contas Anual dos Gestores do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF, referente ao exercício de 2005. Improcedência das justificativas apresentadas. Imposição de multa. Recolhimento do débito. Quitação ao apontado responsável.

Processo TCDF nº: 22.420/06 - 4 volumes

Nome/Função/Período: Mauro Costa Mendes Cateb (Secretário de Estado de 1.1 a 31.12.2005)

Jurisdicionada: Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC-DF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Ministério Público: Procuradora MÁRCIA FARIAS.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, no sentido de dar quitação ao responsável indicado, com fundamento no art. 24 e 28 da Lei Complementar nº 1/94, em face do pagamento da multa débito que lhe foi imposta, no valor de R\$ 6.268,00 (seis mil duzentos e sessenta e oito reais), pela Decisão nº 6.326/10 e Acórdão nº 240/10.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2015

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO – RELATOR

Fui presente:

Representante do MP